AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 3 Nº 4 5 DE MAIO DE 1979

PERIODICOS

OMES FREIR
28. V. 79
DR - RIO

BRASIL CORREIO
01,00
10.416

EAESP/FGV
S. Cm.
4 JUN 1979
CORRESPO. DESCA
REG. BIDA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ERRATA

No Panorama Agropecuário, seção Preços no Mercado Interno, substituir o texto dos fatores ponderáveis de SOJA-GRÃO INDUSTRIAL, por:

"INDÚSTRIAS PRETENDEM PAGAR MENOS PELA MATÉRIA-PRIMA, PARA COMPENSAR O CONGELAMENTO".

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antônio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Serviço de Dados Básicos; Mandioca; Cana de Açúcar	Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Agroindústria; Algodão	Inês Teresa Lyra
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão	Irene Freire Raguenet
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro	Ivan Wedekin
Moeda e Crédito; Fumo; Arroz; Café	Regis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Fruticultura; Horticultura	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Composição; Montagem; Arte Final	Emerson da Silva Martins
Mensageiro	José de Oliveira Melo Junior
Secretária	Maria Berni Medina de Abreu
Serviços de Documentação	Maria Eunice Rocha

Agroanalysis. v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º. – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

Vol. 3 nº 4 05 de maio de 1979

BIBLIOTECA KARL ... DECKER
Escola ... do
Empresas de São Paulo

SUMÁRIO

Páginas

Nota da Edição II

PANORAMA AGROPECUÁRIO
Preços no Mercado Externo..... 1
Preços no Mercado Interno 3
Preços Relativos 5
Fatores de Produção 7

COMENTÁRIOS
Carne..... 15
Cevada..... 17

Agroanalysis	Rio de Janeiro	vol. 3	nº 4	pag. 1 a 21	maio 1979

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

NOTA DA EDIÇÃO

Talvez ainda seja cedo para se ter como fato consumado a prioridade à agricultura. Decorridos apenas três meses do novo governo, restam a definir, com maior precisão, a origem e o volume dos recursos financeiros adicionais que serão destinados ao setor rural, assim como a melhor maneira de conciliar o incentivo à produção agrícola com o objetivo de reduzir substancialmente a taxa de inflação. Não resta dúvida, no entanto, que o simples fato de a agricultura ter passado a ocupar mais espaço na imprensa diária e a ser citada com maior freqüência nas declarações oficiais, já é revelador de uma preocupação crescente com os problemas do setor.

É igualmente auspicioso o reconhecimento de que a agricultura brasileira, daqui para a frente, deve depender menos, para crescer, da simples expansão da fronteira agrícola e da incorporação de maiores contingentes de mão-de-obra não qualificada ao processo produtivo. Há necessidade de elevar a produtividade do setor e de educar o homem do campo, única forma de garantir, a médio prazo, não só a oferta de alimentos a preços compatíveis com o poder aquisitivo da população mas, também, a capacidade da agricultura brasileira de competir no mercado internacional.

Esse aumento de produtividade requer, para ser alcançado, maiores investimentos em pesquisa e extensão rural, duas áreas até aqui relegadas a segundo plano na formulação de políticas agrícolas. Pesquisa e assistência técnica representavam apenas 8% dos investimentos previstos pelo II PND para o setor agrícola. Em contraste, o crédito programado para máquinas e equipamentos, somado ao dos fertilizantes e defensivos, alcançava 65% do mesmo total.

Em " Pesquisa agrícola, insumos e produtividade", publicado neste número, procura-se mostrar as vantagens do uso de sementes melhoradas não só em termos de elevação da produtividade física das culturas mas, também, com relação a fatores como: economia de insumos dispendiosos, melhor utilização das máquinas e equipamentos agrícolas e facilidade de sua difusão entre agricultores de baixa renda e pouca instrução. Sabendo-se dos benefícios sociais que podem advir do maior uso do insumo em questão, choca constatar que, em 1977, 81% do valor das sementes melhoradas comercializadas no país correspondiam a apenas duas culturas: soja (58%) e trigo (23%).

A expansão da oferta interna de carne bovina (ver comentário da página 15) tem, em comum com a produção de sementes melhoradas, o fato de ser um problema de

difícil solução a curto prazo, pois o rebanho brasileiro ainda se encontra em fase de recuperação. Embora o Grupo de Informação Agrícola acredite que o preço da carne já iniciou a fase de taxas decrescentes de aumento, em termos reais, vale acentuar que, no tocante ao abastecimento, o momento crítico ainda está por vir, já que o elevado sacrifício de matrizes, ocorrido em 1976 e 1977, resultará em retração da oferta somente em 1979/80 e 1980/81. O Comentário revela, também, certa apreensão com a entressafra que se aproxima. Os frigoríficos têm, em reserva, apenas 90 mil t para serem adquiridas pelo governo, quando 156 mil t seriam necessárias.

A produção de cevada, no Brasil, ainda é de tal forma incipiente, que seus problemas estão longe de terem a dimensão dos que afetam a oferta de carne. O que não impede que se procure antecipar possíveis dificuldades futuras, com o objetivo de prevení-las. O Brasil tem grande interêsse em desenvolver um Programa de Auto-Suficiência em Cevada e Malte, pois o país é o terceiro maior importador mundial desses produtos. É preciso, no entanto, evitar, desta vez, os erros que foram cometidos no dimensionamento de outras indústrias ligadas ao setor agrícola e que funcionam, até hoje, com enorme capacidade ociosa. É o caso, notadamente, das indústrias de soja, do cacau e da laranja, implantadas com grandes doses de incentivos fiscais que estimularam o superdimensionamento das instalações.

Para evitar que se repita o desequilíbrio entre capacidade instalada na indústria e disponibilidade de matéria-prima, é preciso que se proceda a uma melhor repartição dos incentivos econômicos entre a parte propriamente industrial dos empreendimentos e a sua base agrícola. É por isso que o Comentário da página 19 lembra que não se deve descurar do incentivo ao produtor rural e sugere um certo número de medidas destinadas a estimular a produção de cevada.

De qualquer forma, o Programa de Auto-Suficiência em Cevada e Malte torna-se ainda mais necessário e viável economicamente tendo em vista a decisão adotada pelo governo brasileiro de corrigir, gradativamente, a sobrevalorização cambial do cruzeiro.

Pode-se dizer que os textos apresentados neste número de Agroanalysis ilustram, de forma resumida, os diversos tipos de problemas que devem ser enfrentados pelos atuais responsáveis pela política agrícola brasileira. As carências acumuladas em muitos anos de subinvestimento em pesquisa agrícola e extensão rural, exigem ação em profundidade e visão de longo prazo; a questão do abastecimento de carne, na entressafra, requer solução imediata e, portanto, agilidade administrativa; e o Programa de Auto-Suficiência em Cevada e Malte, finalmente, é um bom exemplo das precauções que devem ser tomadas para evitar a repetição de erros passados.

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

DE 30/04 A 11/05

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real um mês antes	Posição da última quinzena	Posição nominal de futuros 79 jul – 79 set – 79 nov – 80 jan – 80 mar – 80 mai – 80 jul	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-5%	+4%	8,29 (jul)	+5% → +18%	→	Possível aprovação da legislação açucareira nos EUA permanece como fator de sustentação das cotações. Em contraposição, a estimativa do USDA para a safra 78/79 de 91,3 milhões de t, pode influir negativamente sobre o mercado a médio prazo.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fontes: Reuters, CottonWorldStat.	+1%	-6%	63,51	-1% → +5%	→	Menor suprimento atual e perspectiva de redução de pelo menos 2 milhões de fardos no estoque mundial final não são suficientes para firmar o mercado. A procura do produto, levemente inferior à do ano passado, está intimamente relacionada com a expectativa de grande safra vindoura.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+6%	0%	141,26 (mai)	+2% → +9%	→	Prevalecem, ainda, os negócios especulativos e as operações de cobertura de posições.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+12%	-6%	152,83 (mai)	+3% → 0%	↗	Baixas temperaturas no sul do Brasil; acordo de comercialização entre países sul-americanos; estoques ainda relativamente reduzidos das torrefadoras norte-americanas e européias, pressionam preços internacionais para cima.

* **Valores deflacionados pelo IPA norte–americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa–se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.**

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real um mês antes	Posição da última quinzena	Posição nominal de futuros 79 jul	79 set	79 nov	80 jan	80 mar	80 mai	80 jul	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+5%	-3%	259,08	+2%					+11%		↗	– USDA prevê compras russas de 10-11 milhões de t na temporada a se encerrar em 30/9. – Atraso no plantio norte-americano poderá forçar aumento da área de soja em detrimento do milho.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+8%	+3%	710,78	+1%				+4%			↘	– Plantio norte-americano mais adiantado do que em 1978. – Sul dos EUA plantando mais do que o esperado.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	+2%	+2%	187,33	+1%				+6%			→	Afastamento do Brasil contribui para desequilibrar o mercado, em face de uma demanda especialmente ativa.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters, Com. Year Book 77	-12%	-6%	385,92	-6%				-2%			↗	– Confirmada quebra do trigo de inverno dos EUA. – Fraqueza do dolar favorece vendas norte-americanas.

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI; para os preços futuros, usa-se a média ponderada dos deflatores dos últimos três anos.

Panorama Agropecuário

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 5–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+18%	+5%	473,44	↘	Pouca agressividade nas compras internas e safra meridional com resultados levemente acima do esperado certamente terão reflexos depressivos nos preços.
ARROZ Amarelão-Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+11%	+4%	608,00	→	Reajuste de 10% nos preços da tabela não deverá contribuir substancialmente para a normalização do abastecimento.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+6%	-1%	2.427,78	↗	Mercado espera para breve a elevação do percentual do preço de garantia do IBC para efeito de crédito de comercialização, entre outras medidas de incentivo.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	-34%	+2%	625,00	↗	Aproximação da entressafra. (ver Comentário)

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

Panorama Agropecuário

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

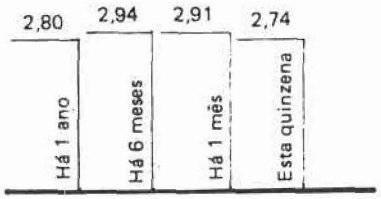
PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real* um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+18%	+4%	530,00	↘	Cotações tenderão a decrescer à medida em que for comercializado o produto da safra da seca.
FRANGO Abatido MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	-1%	+4%	30,00	→	Granjeiros ressentem-se do aumento do custo de produção, mas estabilidade da demanda e "pacote" anti-inflacionário freiam elevação das cotações do produto.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+42%	0%	143,00 **	→	Preços a nível de produtor oscilam em torno de Cr$ 160/sc. 60 kg nos estados de MG, PR e GO.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	+9%	+4%	302,50	↘	Dúvidas com relação à grande safra da URSS: 237,2 milhões de t.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

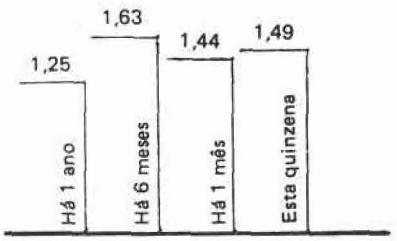
** Produto tabelado.

MERCADO EXTERNO

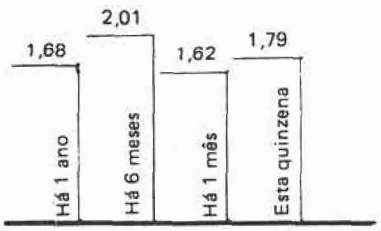
Soja / Milho



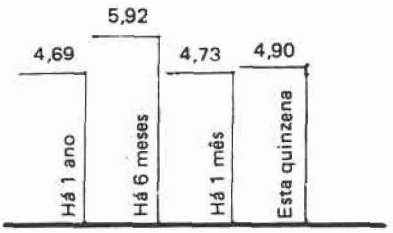
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho



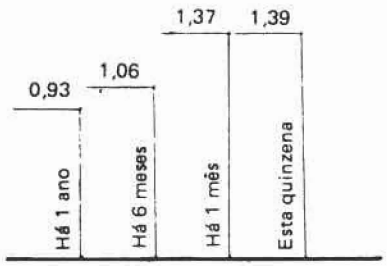
FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

NOTA: A relação de preços soja/milho apresenta, esta quinzena, uma queda de 5,8% *frente à posição de há 1 mês atrás*. Tal fato respalda-se no arrefecimento de preços no complexo soja, aliado ao incremento de 3,6% nas cotações do cereal no período considerado. A alta gradativa que se verificou no mercado de milho *é função da firmeza na demanda* internacional, bem como do crescente consumo do produto pelos segmentos de pequenos e médios animais, nos EUA. Ressalte-se, entretanto, que o preço relativo atual, ao situar-se acima de 2,5 (ponto de indiferença), sugere uma leve tendência à substituição de milho por soja no plantio que ora se desenvolve nos EUA. *** A instabilidade do dólar norte-americano refletiu-se sobre o preço do trigo soft/red na Bolsa de Chicago, o que traduz, nesta quinzena, o considerável crescimento de 7,0% relativamente à posição de há 1 mês atrás. Tal evolução, não obstante o referido aumento do preço do milho, resultou num aumento de 3,5% na relação de preços trigo/milho, no mesmo período considerado. *** Uma elevação ainda mais significativa verificou-se no preço relativo algodão/soja que, *nesta* quinzena, atinge o nível 1,79, superior, respectivamente, em 10,5% e 6,5% às posições de há 1 mês e 1 ano antes. A Bolsa de Chicago reagiu negativamente à última reavaliação (para 12-13 milhões de t) da safra brasileira de soja, *na medida em que se esperava* uma maior aproximação entre a referida estimativa do USDA e a previsão aceita no Brasil (11 milhões de t). *** O preço do algodão, por outro lado, elevou-se em 7,4% sobre a posição de 1 mês antes, *refletindo o impacto das maiores* exportações dos EUA nas últimas semanas (principalmente para países da Ásia). Além disso, influiu no mercado a reavaliação do *carry over* mundial (posição de 1º /8/79), que baixou de 24,1 para 21,3 milhões de fardos. Essa alta mais acentuada na cotação da fibra resultou num incremento de 3,6% no preço relativo algodão/milho frente ao nível de 1 mês antes.

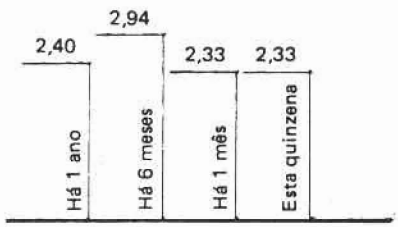
PREÇOS RELATIVOS

MERCADO INTERNO

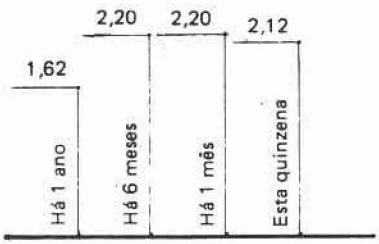
Boi Gordo / Frango Abatido



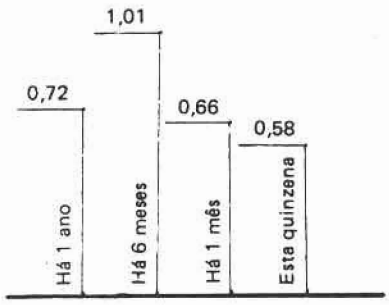
Frango Abatido / Ração Ave Corte



Soja / Milho



Feijão Preto / Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

***A continuação de um período de menor oferta de animais para abate, implicando ligeiro aumento das cotações do boi gordo, associada à inalterabilidade do preço do frango, explica o aumento de 1,5% verificado, esta quinzena, no preço relativo boi gordo/frango abatido, em comparação àquele de há 1 mês. ***Não registra alteração, esta quinzena, o preço relativo frango abatido/ração para ave de corte, relativamente àquele de há 1 mês atrás, dada a estabilidade, durante este período, das cotações de ambos os produtos. ***A queda de 3,6% no preço relativo soja/milho comparativamente à posição de há 1 mês, resulta do somatório de dois fatores. De um lado, a elevação do preço de tabela do milho para Cr$ 143/sc de 60 kg, a vigorar no mercado atacadista das principais capitais. De outro, a diminuição de 2,4% nas cotações da soja, reflexo direto do maior poder de barganha das indústrias esmagadoras, que têm pressionado tais preços para baixo. ***A diminuição ocorrida nas entradas de feijão de cores em São Paulo, devido às chuvas que prejudicaram os transportes, resultou em significativa elevação nas cotações das variedades mais procuradas naquele centro consumidor. Tal fato explica a queda de 2,1% observada no preço relativo feijão preto/feijão a cores, esta quinzena, em comparação àquele de há 1 mês. Ressalte-se, por outro lado, a forte trajetória descendente encetada por esse preço relativo desde há 6 meses, período em que se reduziu em 43,6%.

PESQUISA AGRÍCOLA, INSUMOS E PRODUTIVIDADE

O PREJUDICIAL TRANSPLANTE DE TECNOLOGIAS AGRÍCOLAS

É sabido que a pesquisa agrícola deve ser autóctone, na medida em que muito pouco pode ser transplantado de uma região para outra, ecologicamente diversa, sem prejuízos incalculáveis e, muitas vezes, irreversíveis. A inexistência, até agora, de uma tecnologia que permita a exploração agrícola das zonas tropicais úmidas, deriva do fato de que os maiores avanços tecnológicos do setor têm-se verificado nas regiões temperadas do mundo. Em virtude desse desconhecimento, os cientistas consideram que a reserva de 500 milhões de ha de floresta tropical úmida deveria continuar preservada, até o domínio de uma tecnologia mais consentânea com a ecologia. Para esses pesquisadores, a incorporação da Amazônia ao processo econômico, em curto prazo de tempo, constitui uma temeridade cujo resultado final pode ser catastrófico para a humanidade. Conseqüentemente, advogam a tese da expansão da fronteira agrícola através da incorporação inicial dos cerrados (ecossistema estável), ficando a Amazônia (ecossistema instável) para uma fase em que o acervo de conhecimentos para a exploração das áreas tropicais úmidas seja mais rico.

Ainda a respeito do transplante de tecnologia gerada em regiões temperadas, onde o clima é bem definido e a meteorologia mais amena, podemos citar a excessiva movimentação do solo levada a efeito por nossos lavradores, porta aberta para as erosões profundas que se verificam de forma generalizada no Brasil e, mais seriamente, no norte do Paraná, região de extrema importância para o país. É claro que a má conservação do solo em termos macro-regionais não tem origem apenas na técnica difundida de preparo de solo mas, também, no desmatamento desenfreado, entre outros fatores. A verdade, porém, é que uma vez desencadeado o fenômeno da erosão, sua reversão é extremamente onerosa, sendo este o custo final da utilização acrítica de técnicas transplantadas. Outro exemplo seria o da estrutura industrial implantada para produção de fosfatos de alta solubilidade, tipo de fertilizante de uso corrente nos países desenvolvidos, e cuja utilização no país, além de extremamente onerosa, vem sendo agora questionada em termos de eficiência, em razão do alto índice de lixiviação do solo brasileiro. Em síntese: em regiões de alto e concentrado índice de precipitação pluviométrica e de solos que favorecem a lixiviação, as pesquisas mais recentes desaconselham a excessiva movimentação de solo e também o uso de fertilizantes fosfatados de alta solubilidade; no primeiro caso, porque aquela prática favorece a formação de desertos e, no segundo, porque resulta em desperdício.

ÊNFASE NO CRÉDITO: RESULTADOS POUCO SATISFATÓRIOS

Do ponto de vista da ação governamental, o tripé crédito-pesquisa-extensão rural constituiria o suporte que, na prática, promoveria o desenvolvimento do setor agrícola. No caso brasileiro, no entanto, acionou-se sobretudo o crédito agrícola. Isso gerou não só um desequilíbrio em termos de uso dos instrumentos de política agrícola mas, também, resultados nocivos quanto à distribuição de renda no setor rural que foram objeto de críticas em trabalhos recentes.

TECNOLOGIA: DESTAQUE PARA INSUMOS E MÁQUINAS

Por outro lado, no capítulo evolução tecnológica, a ênfase maior se concentrou no apoio às indústrias-suporte da agricultura (máquinas e implementos, fertilizantes e defensivos) relegando-se por um certo período os setores de geração de tecnologia (pesquisa agrícola) e o de preparo da mão-de-obra (extensão rural). Na realidade, a revisão das políticas adotadas nesses dois últimos setores só ocorreu recentemente, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973, e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1974, após uma análise crítica das distorções históricas dos sistemas de pesquisa e extensão rural até então implantados.

PESQUISA AGRÍCOLA: APOIO PRECÁRIO

A par das dificuldades inerentes à fase de consolidação de qualquer empresa pública que pretende instituir uma nova metodologia de trabalho, os recursos alocados à EMBRAPA e à EMBRATER não podem ser considerados consentâneos com a importância das suas atribuições. Comparativamente ao volume investido na área de fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos, foram poucos os recursos destinados à pesquisa agrícola e à extensão rural, setores que viabilizam o uso racional daqueles fatores de produção. Nessas duas áreas, foram aplicados menos recursos do que o montante de juros subsidiados embutidos nos créditos concedidos, via agricultor, às indústrias-suporte da agricultura, controladas na sua maior parte por empresas multinacionais (ver Quadros 1 e 2).

CRESCE O MERCADO DE INSUMOS. E A PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA?

Não só pela sua estreita ligação com a pesquisa agrícola e pela complexidade de seu uso, mas também pelo valor do seu mercado no país (cerca de Cr$ 70 bilhões em 1978), a utilização de insumos e de máquinas e implementos agrícolas está a merecer, das autoridades governamentais, uma análise acurada, de modo a fazer emergirem as razões por que o incremento da produtividade agrícola não tem acompanhado o ritmo de modernização do setor.

SEMENTE MELHORADA, FULCRO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA.

Neste ponto, é interessante mostrar, em linhas gerais, como interagem o produto da pesquisa agrícola e os demais fatores de produção. Utilizaremos as sementes melhoradas à guisa de exemplo, procurando, ao mesmo tempo, ressaltar as vantagens de sua utilização para o incremento da produtividade agrícola.

1) Sementes Melhoradas/Defensivos

A utilização de sementes melhoradas que incorporem fatores genéticos de resistência a pragas e doenças resulta em economia substancial de defensivos agrícolas, cujos preços no mercado interno são extremamente elevados em comparação com os do mercado internacional. Mas, mesmo no caso de ser necessário o uso de defensivos, a homogeneidade da cultura resultante do plantio de sementes melhoradas propiciará menores riscos e maior economicidade à aplicação.

2) Sementes Melhoradas/Fertilizantes

Os adubacionistas defendem os fertilizantes como o insumo que, usado isoladamente, pode aumentar a produtividade, em certos casos, em mais de 30%. O seu uso, porém, exige não só qualificação da mão-de-obra mas também cuidados prévios, tais como análise de solo e, muitas vezes, correção do pH. Isto sem mencionar os maiores investimentos em máquinas e equipamentos que uma adubação correta demanda do lavrador. Em relação a sementes melhoradas, há que se destacar que o seu uso implica sempre o aproveitamento mais eficiente dos fertilizantes aplicados.

3) Sementes Melhoradas/Mão-de-Obra

Comparativamente aos demais insumos, as sementes melhoradas prescindem de mão-de-obra altamente qualificada para sua utilização, pois a mesma mão que planta sementes de má qualidade, degeneradas e improdutivas, é capaz de plantar as sementes melhoradas com fatores genéticos incorporados de maior produtividade, de resistência a pragas e doenças e adaptadas à ecologia da região.

4) Sementes Melhoradas/Máquinas e Equipamentos Agrícolas

As sementes melhoradas tampouco necessitam de máquinas especiais e podem ser utilizadas com qualquer semeadeira, desde as mais toscas às mais sofisticadas. Proporcionam, também, a formação de um campo de plantas uniformes e vigorosas, que facilita o uso das máquinas de tratos culturais e de colheita, rebaixando os custos finais da produção.

Ao lado das vantagens mencionadas, há que se acrescentar que, de um modo geral, a semente constitui o item mais barato dentre os insumos modernos. Além disso, experimentos têm demonstrado que sementes com alto vigor e alto poder germinativo podem produzir de 10% a 20% mais do que sementes da mesma variedade, mas de baixa qualidade e com a mesma população por área.

Em síntese: a semente melhorada, aproveitada aqui como exemplo dos produtos da pesquisa agrícola de um modo geral, não só responde individualmente por um incremento da produtividade, como também torna mais eficiente a utilização dos demais fatores de produção e, em especial, dos extremamente caros insumos agrícolas.

Assim, o objetivo que se tem em mira ao se realçarem as vantagens do uso dos produtos da pesquisa agrícola, em especial das sementes melhoradas, é atingir os três quartos dos agricultores brasileiros, marginalizados do processo de modernização tecnológica, e que são responsáveis pela produção de mais de 50% dos alimentos básicos (arroz, feijão, mandioca, milho), dos produtos olerícolas e daqueles destinados à transformação industrial. Pelo vulto de sua participação, pelo alto grau de atomização das propriedades que o compõem e pelo fato de viver, em sua quase totalidade, à margem dos processos creditício e tecnológico, este segmento da produção agrícola constitui uma reserva que, mobilizada através de um programa-indús-

tria de sementes melhoradas, poderá aumentar decisivamente, a médio prazo, a sua contribuição para a economia do país.

A ATUALIDADE POUCO ANIMADORA DO SETOR

O crescimento da produção de sementes melhoradas, embora distribuído desigualmente entre as diversas lavouras, tem sido significativo. Em termos quantitativos, o crescimento foi de 9% ao ano no período 1970/76. Apesar de elevado, este índice de crescimento foi o menor dentre aqueles registrados pelos demais insumos, a saber: defensivos (+10%), fertilizantes (+16%) e tratores (+30%). Dados da Associação Brasileira de Produtores de Sementes (ABRASEM) confirmam a repartição desigual entre produtos, quando informam que, em 1977, 81% do valor das sementes melhoradas comercializadas no país correspondiam a apenas duas culturas; soja (58%) e trigo (23%). Quanto aos níveis de utilização de sementes melhoradas, as estimativas por produto, para 1977, são as seguintes: trigo (92%), soja (81%), algodão (65%), milho (50%), arroz (35%), batata (27%), amendoim (20%) e feijão (8%). Mas o aumento da produção não se fez acompanhar de uma melhoria significativa da qualidade. Muito embora os técnicos do setor reconheçam ser esse um fator essencial à confiança do lavrador no produto, as Comissões Estaduais de Sementes e Mudas (CESM's) lutam com falta de recursos para uma fiscalização mais eficiente da produção e da comercialização de sementes no país. Em decorrência disso, há diferenças acentuadas nos padrões de qualidade estabelecidos nos estados. Problemas de mistura varietal acima do limite permitido, ao lado de comercialização, como semente, do grão destinado ao consumo, têm ocorrido nos estados sulinos, principais centros produtores de sementes do país.

Excetuando o trigo, os índices de utilização de sementes melhoradas em lavouras destinadas ao abastecimento interno são bastante baixos, o que evidencia o caráter pouco social dos critérios que nortearam a pesquisa agrícola até recentemente. A EMBRAPA, através dos Centros de Pesquisa e do Serviço de Produção de Sementes Básicas (SPSB) vem equacionando os problemas afetos à área, no sentido de implementar equilibradamente a pesquisa agrícola no país.

Outro aspecto que deve ser considerado como forte argumento em favor da necessidade de intensificar a fiscalização da produção e da comercialização de sementes melhoradas no país, refere-se ao estreitamento da dependência de cada safra à semente que é produzida na safra anterior, à medida em que aumentam os percentuais de utilização das mesmas. Assim, como a quantidade e a qualidade de cada safra passam a ser determinadas, em grande parte, pela anterior, é essencial que os campos de produção de sementes sejam permanentemente fiscalizados para não se por em xeque a continuidade da produção agrícola.

SEMENTES DE SOJA E DE TRIGO – CONJUNTURA SOCIAL

Para a safra 79/80, a oferta de sementes melhoradas, à exceção do trigo, encontra-se ainda por definir, em face da seca que atingiu a região sul do país.

Estimulada pela excelente safra de 1978, estima-se que a triticultura gaúcha deverá ter um crescimento da ordem de 50%, apesar do preço de compra do governo não ser considerado plenamente remunerador. A disponibilidade de sementes será o fator limitante para a expansão da área. A oferta interna de sementes do Rio Gran-

de do Sul (cerca de 3,3 milhões de sacas de 60 kg) suprirá uma área de plantio da ordem de 1,8 milhão de ha. As estimativas mais otimistas, da ordem de 2,0 milhões de ha, dependerão, para se confirmarem, da entrada no estado de 500 mil sacas de 50 kg procedentes do Paraná. Por sua vez, neste último estado, a área de trigo deverá atingir 1,55 milhão de ha, (crescimento médio de 15% em relação à de 1978), consumindo cerca de 4,5 milhões de sacas de 50 kg de sementes melhoradas. A se configurar essa expectativa, haverá cerca de 700 mil sacas excedentes que poderão suplementar a demanda gaúcha.

Quanto à soja, em fase de colheita, não apresenta ainda um quadro definido. No Rio Grande do Sul, estado mais atingido pela seca, medidas preventivas foram tomadas pela CESSOJA, visando a neutralizar os efeitos na produção final de sementes. Assim, foi autorizada inscrição, até 30/03/78, de novos campos de produção, dentro do limite de aumento de 30% da área inicial inscrita (1.187.909 ha com produção esperada de 17,0 milhões de sacas de 60 kg). Acredita-se que, com essa medida, não haverá problemas de oferta de sementes, em termos quantitativos, a não ser, provavelmente, das variedades precoces, mais danificadas pela seca. Entretanto, a heterogeneidade da maturação das vagens e as chuvas não têm favorecido a fase inicial da colheita no estado, fazendo com que, caso as condições meteorológicas não melhorem, haja uma queda muito grande quando do beneficiamento das sementes.

No Paraná, a queda geral da produção de sementes está estimada em 27%, devendo a produção bruta final atingir pouco mais de 7,6 milhões do total de 10,0 milhões de sacas de 50 kg inicialmente previstas. Após o beneficiamento e análise, a estimativa final indica uma disponibilidade próxima de 5,0 milhões de sacas, quantidade suficiente para suprir uma área de plantio de 2,6 milhões de ha e gerar um excedente de 800 mil sacas, considerando-se que haja cerca de 10% de uso de sementes próprias por parte dos sojicultores.

Ainda com referência à semente fiscalizada de soja, deve-se acrescentar que, em 1978, houve excedentes de sementes nos dois maiores estados produtores. No Paraná, cerca de 1,0 milhão de sacas de 50 kg de sementes não foram absorvidas pelo mercado local, não sendo maior o prejuízo dos produtores em virtude das boas cotações quando da venda às indústrias. No Rio Grande do Sul, a sobra foi da ordem de 1,0 milhão de sacas de 60 kg, com perdas estimadas em Cr$ 60 milhões para os produtores.

INTERCÂMBIO INTERESTADUAL — PROBLEMAS A SEREM SANADOS

Entre esses estados, há constante intercâmbio de sementes, principalmente de soja e de trigo. O saldo líquido exportador favorece, na maioria das vezes, o Rio Grande do Sul. Neste sentido, problemas têm surgido a respeito da qualidade das sementes intercambiadas, em face das diferentes estruturas de produção e de comercialização e, em alguns casos, das variações nos padrões para classificação de sementes de um estado para o outro. O Paraná, pelo fato de estar mais bem estruturado, tem-se ressentido da entrada de algumas partidas de sementes fora dos padrões estabelecidos internamente. A atualização das penalizações impostas pela nova legislação, bem como a intensificação da fiscalização, deverão sanar essas falhas no comércio

específico de sementes entre os dois estados, depurando o setor de elementos que, embora em escala mínima, vêm atuando fraudulentamente no mercado. Entretanto, como já foi mencionado, as CESM's dispõem de poucos recursos para uma fiscalização dos campos de produção e da atividade de comercialização, a fim de evitar que o lavrador seja prejudicado com sementes de má qualidade (baixa germinação, mistura varietal, além de grande quantidade de sementes silvestres nocivas).

FUTURO DEPENDE DE ESTRUTURA AUTÓCTONE

Até aqui, mencionaram-se apenas alguns dos empecilhos para o aprimoramento da produção de sementes de trigo e de soja, as duas culturas mais importantes do setor, no que se refere aos índices de utilização e valor de mercado. Extrapolando para todas as culturas econômicas do país, descortina-se um quadro imenso de obras por realizar no sentido de dotar o país de uma estrutura autóctone de produção de sementes melhoradas, em nível de contribuir realmente para a melhoria da produtividade agrícola interna. Para isso, há que se ter consciência da necessidade de investir recursos em pesquisas que estejam à altura da vocação agrícola do país, sem preocupação de resultados amarrados a uma gestão político-administrativa.

QUADRO 1

QUADRO COMPARATIVO: CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO PARA FERTILIZANTES E DEFENSIVOS, VALOR DOS SUBSÍDIOS E ORÇAMENTOS DA EMBRAPA E EMBRATER PARA OS ANOS 1974, 1975 e 1976
(em Cr$ 1 milhão)

Especificação		1974	1975	1976
FERTILIZANTES INORGÂNICOS	Crédito Rural	6.794,1	10.278,8	13.730,9
	Valor Subsídios	1.562,6	5.098,3	8.362,1
DEFENSIVOS AGRÍCOLAS	Crédito Rural	920,1	1.674,9	3.487,7
	Valor Subsídios	119,6	160,8	728,9
VALOR TOTAL DOS SUBSÍDIOS		1.672,2	5.259,1	9.091,0
EMBRAPA – Orçamento		178,0	455,4	1.030,0
EMBRATER (SIBRATER) – Orçamento		–	247,2	657,8

Fontes: Crédito Rural 1969/76 – COMCRED - Vol. VI.
Perspectivas da Agricultura Brasileira para 1977/78 – Ministério da Agricultura – Brasília 1977.
EMBRAPA ANO 5.
EMBRATER – Relatório de Atividades 1975.
EMBRATER – Desempenho 1976; Perspectivas 1977.

Notas: 1) Para cálculo do valor dos subsídios, o prazo médio de resgate do crédito de custeio foi estimado em 8 meses. Assim, o valor dos subsídios foi calculado como 2/3 da diferença entre a taxa de inflação e a taxa de juros.
2) Muito embora a maior parte das operações de crédito de custeio não se limite a um único exercício, foi utilizada a taxa de inflação anual (1974: 34,5%; 1975: 29,4% e 1976: 46,3%) como forma de comparar o valor dos subsídios com os orçamentos anuais das empresas em questão.

QUADRO 2

QUADRO COMPARATIVO: CRÉDITO RURAL DE CUSTEIO PARA FERTILIZANTES E DEFENSIVOS, VALOR DOS SUBSÍDIOS E ORÇAMENTOS DA EMBRAPA E EMBRATER PARA OS ANOS 1974, 1975 e 1976
(em %)

ESPECIFICAÇÃO	1974	1975	1976
1) ORÇAMENTO EMBRAPA/ TOTAL DE SUBSÍDIOS	10,5	8,7	11,3
2) ORÇAMENTO EMBRATER/ TOTAL DE SUBSÍDIOS	–	4,7	7,2
3) CRÉDITO RURAL PARA FERTILIZANTES INORGÂNICOS/ VALOR DOS SUBSÍDIOS	23,0	49,6	60,9
4) CRÉDITO RURAL PARA DEFENSIVOS AGRÍCOLAS/ VALOR DOS SUBSÍDIOS	13,0	9,6	20,9

Fontes: Crédito Rural 1969/76 – COMCRED - Vol. VI.
Perspectivas da Agricultura Brasileira para 1977/78 – Ministério da Agricultura – Brasília 1977.
EMBRAPA ANO 5.
EMBRATER – Relatório de Atividades 1975.
EMBRATER – Desempenho 1976; Perspectivas 1977.

Notas: 1) Para cálculo do valor dos subsídios, o prazo médio de resgate do crédito de custeio foi estimado em 8 meses. Assim, o valor dos subsídios foi calculado como 2/3 da diferença entre a taxa de inflação e a taxa de juros.
2) Muito embora a maior parte das operações de crédito de custeio não se limite a um único exercício, foi utilizada a taxa de inflação anual (1974: 34,5%; 1975: 29,4% e 1976: 46,3%) como forma de comparar o valor dos subsídios com os orçamentos anuais das empresas em questão.

Comentários

CARNE

EM 1979 HAVERÁ DESACELERAÇÃO NO AUMENTO DO PREÇO REAL DA CARNE

Os preços da carne bovina, em 1979, dificilmente repetirão a taxa de crescimento verificada em 1978, quando a cotação do produto subiu 41%, em termos reais; sobretudo, porque a escalada altista dos preços da carne deverá ser fortemente obstada pelo comprometimento de uma parcela crescente da renda do consumidor com a aquisição do produto. Esse efeito é decorrente de um aumento do preço da carne mais rápido do que o registrado para os demais produtos da economia. A ele, deve-se somar um outro impacto que funciona de molde a apressar, mais ainda, a diminuição do consumo de carne; isto é, aquele resultante de um agravamento da inflação e da conseqüente aceleração da erosão dos salários.

Essa previsão é reforçada pelo fato de que, no primeiro trimestre de 1979, os preços da carne aumentaram menos do que os índices de inflação, cerca de 3,5% ao mês contra 4,4%. É claro que, no período de entressafra, os preços da carne tenderão a crescer mais rapidamente do que a média dos demais preços da economia, sem contudo chegar a um aumento real acumulado como o do ano passado. Caso a inflação, em 1979, não ultrapasse os níveis do ano passado, pode-se esperar uma elevação nominal da ordem de 60% para o preço da carne. Sendo assim, as cotações da arroba situar-se-iam, em dezembro próximo, em torno de Cr$ 930,00.

A grande elevação de preços registrada em 1978, explica-se pela redução de 12% no abate geral de bovinos, sobretudo de fêmeas (-31% em relação ao de 1977). Dados relativos aos abates sob inspeção federal indicam uma participação de fêmeas nas matanças da ordem de 28%, 31% e 25% nos anos de 1976, 1977 e 1978, respectivamente. Para 1979, está previsto um percentual entre 20% e 25%, próximo da táxa de abate de matrizes (20%) que corresponde às condições normais de reprodução do rebanho.

A EXPECTATIVA DE PREÇOS MAIS ELEVADOS NO FUTURO É RESPONSÁVEL PELA RETRAÇÃO ATUAL DA OFERTA

Os ventres eliminados em 1976 e 1977, no entanto, não explicam a retração da oferta verificada em 1978. Supondo-se entre 3 e 4 anos o tempo em que um boi atinge peso de abate, o elevado sacrifício de matrizes, ocorrido em 1976 e 1977, resultará em retração da oferta somente em 1979/80 e 1980/81. Na verdade, a diminuição do abate ocorrida no ano passado foi motivada pela expectativa de preços elevados em futuro próximo, advinda da constatação de que os plantéis mais jovens encontravam-se reduzidos e não pela queda na oferta de boi gordo, que ainda não se fazia sentir.

Em outras palavras: em 1978 ocorreu a reversão do ciclo pecuário. De um período caracterizado pela liquidação do rebanho (1975/77), passamos ao início de sua recomposição. Na primeira fase, verifica-se uma elevada participação de fêmeas no abate (31%) e, na segunda, uma redução desta participação (25%).

Comentários

INCENTIVO À RETENÇÃO DE MATRIZES PODE SER CONTRAPRODUCENTE

No período 1975/77, deveria ter sido acionada uma política anticíclica que objetivasse minimizar o sacrifício de fêmeas. Tal política, no entanto, não foi adotada naquele período, quando as condições do mercado tornavam sua implementação necessária. No entanto, há poucas semanas, voltou a ser cogitada a concessão de financiamentos para a retenção de matrizes, quando o preço vigente no mercado, por si só, condiciona o produtor à retenção. Acionar, agora, esse esquema creditício será, além de inócuo quanto ao objetivo anticíclico, contraproducente, pois contribuirá para elevar, ainda mais, as cotações do produto.

O abate de fêmeas em 1976 e 1977, por outro lado, constituiu a base da formação do estoque oficial (210 mil t/ano). Com o preço da arroba da vaca inferior à do boi gordo, e o preço-referência para a formação dos estoques inferior ao do mercado, as matanças de fêmeas foram a única maneira dos frigoríficos cumprirem o acordo feito com o governo sem maiores prejuízos. Já em 1978, a redução da participação das fêmeas nos abates não permitiu ao governo estocar mais do que 147 mil t e, em 1979, poucos acreditam que seja atingido um nível superior a 100 mil t.

FRIGORÍFICOS PODERIAM RESPEITAR O "ACORDO DE CAVALHEIROS" SEM PERDA FINANCEIRA

Atualmente, os frigoríficos detêm um estoque estimado em torno de 90 mil t e seu repasse às mãos governamentais vem sendo alvo de negociações. A indústria do frio reivindica um reajuste de 20% nos preços previamente acertados (Cr$ 40,00/kg de traseiro e Cr$ 25,00/kg de dianteiro) alegando que é necessário torná-los compatíveis com as cotações atualmente praticadas no mercado. É bom lembrar, no entanto, que os estoques dos frigoríficos foram por eles adquiridos a preços também inferiores àqueles atualmente em vigor. Assim, ainda que as condições de mercado tenham-se alterado de forma a fazer com que o cumprimento do acordo, hoje em dia, represente, para os frigoríficos, renunciarem a uma renda bem maior do que previsto, a venda da carne aos preços estipulados pelo governo não implicaria em nenhuma perda financeira para aquelas empresas.

PRENÚNCIO DE CRISE NO ABASTECIMENTO NO PERÍODO DE ENTRESSAFRA

Tendo em vista o comportamento dos preços internos e a reduzida disponibilidade internacional, a distribuição de carne aos supermercados, que já se encontra em níveis insatisfatórios, sofrerá retração ainda maior na entressafra. Para se manter a distribuição ao nível de hoje, será necessária a existência de 156 mil t de reserva. Pelo acordo realizado com as autoridades governamentais, os frigoríficos deveriam responsabilizar-se pela formação do estoque, bem como pela distribuição de carne tabelada aos supermercados. Se o cumprimento da última atribuição não se vem realizando a contento, a formação do estoque não dispõe das condições mínimas de se concretizar. Isto prenuncia o transcurso de mais um período de entressafa pouco favorável aos consumidores.

Comentários

CEVADA

O PROBLEMA DAS IMPORTAÇÕES,

Mesmo possuindo uma área potencialmente aproveitável para a produção de cevada de cerca de 3 milhões de hectares, o Brasil é o terceiro maior importador mundial de sementes do cereal e malte. Nos últimos anos, com o crescimento do consumo doméstico de cerveja evoluindo a taxas elevadas, em razão da concentração de renda verificada nas camadas médias da população e do ingresso da mulher como consumidora usual, o dispêndio com as importações desses produtos vem-se situando ao redor de US$ 80 milhões/ano.

EMINENTEMENTE PARA CERVEJARIAS,

Destas compras externas, 97% correspondem ao malte. Este, por sua vez, tem 90% de seu volume aplicados na produção de cerveja e os restantes 10% transformados em *whisky*, ou dirigidos às indústrias alimentícias, químicas e farmacêuticas.

DEVERÁ SER SOLUCIONADO DENTRO EM POUCO.

Tal situação não deverá perdurar, pois o Programa de Auto-Suficiência em Cevada e Malte permanece válido, tendo sido objeto de recente estudo da Comissão de Financiamento da Produção, do Ministério da Agricultura. Embora esse texto seja a fonte mais atual para referências ao Programa, ele incorpora apenas as alterações introduzidas até dezembro passado. Contudo, o grau de dinamismo do setor talvez já esteja a exigir novas modificações naquele Programa. Sabe-se que a dimensão mínima de uma maltaria, para alcançar economia de escala, é de 50 mil t de sementes, das quais são obtidas 40 mil t de malte. O dimensionamento das maltarias apresentadas na publicação da CFP é da ordem de 53 mil t, obedecendo ao seguinte cronograma:

1ª maltaria: Navegantes (Brahma), no Rio Grande do Sul (1979);

2ª maltaria: associação da Antarctica com a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios, no Paraná, (1980);

3ª e 4ª maltarias: Coopermalte em Carazinho, no Rio Grande do Sul e Skol-Coopersul, em Ponta Grossa, Paraná (1982).

Uma das modificações esperadas poderá ser a ampliação do projeto de Entre Rios de Guarapuava, para mais de 70 mil t, além de mudanças nas datas das demais.

RISCO DE PROBLEMAS DIVERSOS, NO FUTURO

Curiosamente, o desenvolvimento da cultura da cevada em nosso país levará, em breve, a um problema oposto ao verificado até agora, todos os anos, quando é chegada a ocasião da industrialização. Até aqui, as quebras verificadas nas produções contribuíram para manter a oferta em nível adequado ao reduzido parque de malteação instalado, pois qualquer safra mais abundante não encontraria comprador na área industrial. Agora, porém, com o futuro início de operação de algumas unidades produtoras e as reformas planejadas para outras, a colheita poderá propiciar resultados inferiores ao necessário.

Tal possibilidade ultrapassa as margens do hipotético. Em 1982, caso estejam prontas as maltarias previstas, sem contar as reformas, a demanda industrial superará as 520 mil t (contra pouco mais de 120 mil t produzidas em 1978). A taxa de conversão normal de cevada em malte é de 80%; no entanto de cada safra são reservados 10% para sementes e registra-se a ocorrência de 10% de perdas. Teríamos, assim, uma produção superior a 300 mil t de malte.

Ora, se possuímos vasta área para expansão da gramínea e se está em andamente um projeto de auto-suficiência, por que vislumbrar-se uma possível ociosidade? Ocorre que a cevada é plantada no inverno (na mesma época do trigo) e o argumento de que há espaço para os dois só se sustenta se visto do ponto de vista geográfico. A cultura do trigo só se expandiu graças à certeza de colocação do produto junto a seu único comprador e ao seu tratamento creditício privilegiado. Acontecerá a mesma coisa com a cevada,considerando-se a baixa capitalização do agricultor brasileiro?

DIFICULDADES DE HOJE

Já para esta safra, cujo plantio será iniciado em breve, prevê-se que o bom resultado obtido, na safra passada, pela triticultura gaúcha será responsável por uma redução no plantio da cevada.

Também no setor de sementes surge agora um ponto de estrangulamento. Este insumo é fornecido aos produtores pelas grandes cervejarias e as primeiras estimativas dão conta de uma disponibilidade apertada de sementes no Rio Grande do Sul.

No Paraná, o trabalho desenvolvido na região de Guarapuava (50% da área da cevada paranaense) deverá resultar em incrementos na área cultivada e no volume produzido de sementes. Avalia-se, inicialmente, o aumento de área em 10%, o suficiente para se chegar aos 33 mil ha. Embora produtores isolados tenham conseguido, na safra passada, produtividade entre 3.500 e 3.600 kg/ha, semelhante às européias, a média do estado foi de 1.740 kg/ha. Caso se repita o mesmo rendimento médio, este ano teremos uma safra inédita de 57.420 t. Um recorde, é certo, mas que terá de crescer ainda muito, para conciliar-se com os objetivos das futuras agroindústrias.

FASES DA CULTURA NO PAÍS

Até a elaboração do primeiro plano visando à auto-suficiência, em 1976, poucos agricultores animavam-se ao plantio da cevada, em razão da limitada comercialização do produto, derivada da baixa capacidade de malteação. As indústrias optaram pelas importações, motivadas ainda pelo uso de silos inadequados, que prejudicavam a qualidade do cereal, cujo tratamento deve ser o mesmo dedicado às sementes qualificadas de outros grãos, por seu alto teor germinativo.

Posteriormente, o conhecimento da existência de crescente demanda interna engendrou uma expansão contínua das lavouras.

Comentários

MEDIDA ACAUTELADORA: PROTEÇÃO AO PRODUTOR

A partir do início da implementação do Programa, as autoridades governamentais não poderão descurar do incentivo ao produtor rural, que deverá manifestar-se em diversos níveis:

a) ao nível da produção, proporcionando-lhe acesso ao crédito bancário, nos moldes da triticultura;

b) ao nível da comercialização, assegurando-lhe o recebimento do melhor preço para sua produção, uma vez que, hoje, são as indústrias, praticamente as únicas compradoras de cevada, que classificam a qualidade do produto (1ª, 2ª, 3ª categorias e desclassificado — com a 1ª recebendo preços iguais aos do trigo). O incentivo à cooperativização adquire, então, grande importância, devido à estrutura oligopsonizada do mercado;

c) ao nível da transformação, taxando o malte importado (subsidiado na Europa para exportação) para impedir que seu preço seja inferior ao do similar nacional. Assim, será assegurado ao produtor doméstico o escoamento de suas safras.

A conjugação destas medidas permitirá o sucesso do Programa, dando ao agricultor uma nova alternativa para suas lavouras de inverno e livrando de um incômodo peso a balança comercial.

Também colaboraram neste número, os seguintes estagiários:

Lauro Flávio de Faria
Rogério Carneiro Campello
Andréa Delmonte
Iracema Bouza Pessôa
Frederico A. N. B. Neto
Márcia Mury Alves

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo – representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

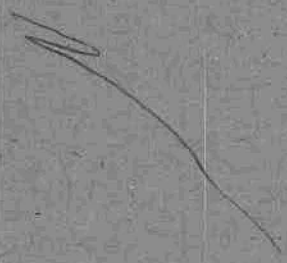
COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugenio Decourt



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL